



A ascensão da extrema direita e os desafios ao estado democrático de direito no Brasil (2018-2022)

Francisco Alencar Mota

 Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9246-9292>
alencarmota@uol.com.br

Joannes Paulus Silva Forte

 Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3585-7066>
joannespaulus@virtual.ufc.br

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a ascensão de uma extrema direita política no Brasil, a partir do bolsonarismo¹ e da eleição de Bolsonaro, em 2018, destacando as suas evidências empíricas e os impactos sobre o estado democrático de direito. Diante disso, o trabalho foi orientado pela seguinte pergunta-síntese: quais os impactos

¹ Levando em conta as reflexões de Adriano de Freixo e Rosana Pinheiro-Machado (2019), Leonardo Avritzer (2021) e Camila Rocha e Esther Solano (2021), entendemos por bolsonarismo o movimento político-ideológico engendrado em torno da figura de Jair Bolsonaro – embora ele o tenha apenas como representação emblemática –, constituído por elementos culturais da extrema direita, que se reproduz com o suporte das redes sociais virtuais, relacionando bandeiras conservadoras reacionárias e neoliberais em confronto com os princípios republicanos e com o estado democrático de direito.

da ascensão da extrema direita, a partir do bolsonarismo e da eleição de Bolsonaro, no estado democrático de direito no Brasil? Na busca de respostas, debruçamo-nos, teórica e conceitualmente, sobre a categoria “extrema direita”, recorrendo a autores/as que tão direta e oportunamente trataram do tema, motivo pelo qual integram a base teórica da reflexão sobre a atual realidade política brasileira.

Com uma abordagem dialética (GAMBOA, 2013), a metodologia adotada foi a análise teórico-descritiva para a compreensão dos fatos, tomados como fenômenos histórico-sociais e devidamente selecionados a partir de dados extraídos de jornais, revistas, websites, canais da internet, documentação de órgãos e entidades públicas e judiciais, matérias veiculadas em telejornais, confrontando-os com as análises dos/as autores/as citados/as ao longo do trabalho. Perseguimos o que significou essa ascensão em termos de reconfiguração das relações de poder entre Estado e sociedade, sob o governo Bolsonaro, com foco nos resultados para o estado democrático de direito, em que pesem os riscos a que estão submetidas suas instituições, a segurança jurídica e a própria agenda de inclusão social, que cedera lugar a um discurso ideologicamente moralista, religioso e patriótico, típico do populismo autoritário de governos de extrema direita, como demonstramos adiante.

Na segunda seção, mostramos que a categoria “extrema direita” preserva, ainda, bastante de sua força teórica e elucidativa dos processos sociopolíticos que atravessamos, como variação da díade “direita-esquerda” (BOBBIO, 2011) que povoa a topografia política no imaginário coletivo. Com essa discussão, evidenciamos o potencial heurístico da categoria extrema direita à qual se associa o bolsonarismo, o populismo autoritário (TORMEY, 2019) à brasileira que se confronta com o estado democrático de direito.

Adentramos a terceira seção do trabalho reconstruindo os fatos observados da realidade política brasileira, em termos empíricos, perquirindo sempre a resposta à pergunta que propomos de início. Considerando que nosso recorte temporal se inicia em 2018, ano em que a “extrema direita” ascende aos poderes legislativo e executivo federais brasileiros, via bolsonarismo, a reconstrução dos fatos por nós empreendida demandou que retrocedêssemos até o marco histórico da mais recente redemocratização – meados dos anos 1980, para vermos, na origem, como cada momento que destacaremos se configurou a partir de sua relação com a democracia, a julgar pela inserção do país na ordem internacional que assim a requeria, com aparente descontinuidade, principalmente a partir de 2016, e sob o atual governo, de matriz populista-autoritária, o que tem animado o debate sobre a chamada “nova direita”², no Brasil.

Assim, ao longo do texto, desenvolvemos nossa análise da ascensão da extrema direita, marcada pelo “populismo autoritário” (TORMEY, 2019; MOUNK; 2019; AVRITZER, 2021), sob o governo Bolsonaro, com suas devidas especificidades, e

² De acordo com Vera Cepêda (2018), não é possível falar de uma nova direita como um bloco monolítico, mas como uma constelação de “famílias”, ou parafraseando a autora, “prateleiras” de um armário em que se distingue diferentes concepções, ideias e valores. Com isso, entre as novas direitas, destacamos o bolsonarismo no centro de nossa análise.

seus impactos negativos sobre as principais instituições do estado democrático de direito no país, a cargo das classes sociais dominantes, com ameaças à ordem jurídica, ataques aos direitos humanos e à cidadania, com efeitos deletérios da agenda de inclusão social, fenômeno intimamente ligado à crise da democracia brasileira.

Fundamentos teóricos para uma topografia política: a atualidade da categoria “extrema direita”

Os resultados das eleições majoritárias de 2018 à presidência da República, no Brasil, causaram, sob determinado aspecto, relativa “surpresa” a uma parcela significativa da população, mesmo as pesquisas ao longo da campanha eleitoral tendo apontado, desde o início, o favoritismo do então candidato Jair Messias Bolsonaro, vitorioso nesse pleito pelo *Partido Social Liberal (PSL)*. Cientistas políticos, jornalistas, os próprios candidatos concorrentes, analistas, em geral, dentre outros, se sentiram como que tomados de sobressalto, tanto com os resultados do primeiro quanto do segundo turno das eleições, e parte significativa da sociedade brasileira se quedava diante do desfecho final.³ Afinal, ganhou o candidato tipo “bufão”, aventureiro, tachado de despreparado, agressivo contra mulheres, pessoas LGBTQIA+, movimentos sociais progressistas, imprensa, adversários, e ainda, tendo estado ausente a todos os debates políticos programados, não hesitando em responder, diante de perguntas cuja matéria não escondia ignorar (principalmente em se tratando de temas de natureza econômica), que não tinha a obrigação de saber de tudo, e que, por isso, perguntassem ao “Posto Ipiranga”, alusão comparativa a quem, mais tarde, tornaria-se o ministro da área econômica do novo governo, o senhor Paulo Guedes, considerado inicialmente o “homem forte” ou o “super ministro” do presidente.

Corroboravam a descrença na candidatura de Bolsonaro fatos concernentes à sua própria biografia, quando então deputado federal, condição em que permaneceu durante sete mandatos consecutivos, antes de se candidatar à Presidência da República, tendo sempre se manifestado de forma jocosa, agressiva, desdenhosa e por vezes ameaçadora às instituições do estado democrático de direito e aos direitos das pessoas, defendendo publicamente ideias tais como a tortura, a sonegação de impostos, a ditadura militar, o fechamento do Congresso Nacional, a guerra civil, a posse de

³ A rigor, nada ou pouca coisa acontece de “surpresa” em se tratando de realidade histórica. O surgimento de uma “nova direita” no Brasil, assim como a própria vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, é o resultado de processos e contradições históricas que se vinham descortinando já há vários anos. Rocha e Solano (2021), por exemplo, remontam às origens da nova direita no Brasil já pelo início do segundo período do governo Lula (2006), assim como o “bolsonarismo”, enquanto fenômeno populista, ao ano de 2014 e seguintes (ROCHA; SOLANO, 2021).

armas e a pena de morte. Assim como o período de quinze anos em que Bolsonaro serviu ao Exército Brasileiro, cuja carreira foi interrompida em função de sua ida precoce para a reserva, após imbróglis decorrentes de seu envolvimento em atos indisciplinados que lhe custaram a condenação perante um conselho de justificação do Exército, ainda que, posteriormente, absolvido perante o Superior Tribunal Militar (STM), cuja decisão se tornou, na versão de um biógrafo, controversa (CARVALHO, 2019).

Bolsonaro elegeu-se com maioria absoluta de votos, em segundo turno, como requer a legislação eleitoral, atingindo um total de mais de 57 milhões de votos, assumindo o poder no início do ano seguinte (2019), reafirmando as principais promessas de campanha.⁴ Apesar da “surpresa” que a vitória de Bolsonaro causou a diversos segmentos sociais e políticos, fato é que candidatos com características e propostas semelhantes às dele, de perfil populista-autoritário e ideologia nacionalista, ganharam eleições em outras partes do globo – Duterte, nas Filipinas, em 2016; Trump, nos EUA, em 2016; Orbán, na Hungria, em 2018 (reeleição); Johnson, no Reino Unido, em 2019; Duda, na Polônia, em 2020 (reeleição), dentre outros –, sugerindo que, no mínimo, no Brasil não seria algo assim tão improvável de se repetir (TORMEY, 2019).

No entanto, bem mais além das características pessoais e circunstanciais do candidato Bolsonaro, ainda que estas não possam ser desprezadas em análise, antes, significativas, repousamos nossa ênfase notadamente no que representou a sua vitória eleitoral, em termos da ascensão do que se convencionou denominar de “extrema direita”, sob o populismo autoritário. Sobre a noção de “populismo autoritário”, nos baseamos em Tormey (2019), Mounk (2019) e Avritzer (2021). Trata-se de uma categoria para dar conta de uma nova realidade em que as relações entre governo e povo se caracterizam de forma excludente, quando comparada a formas mais tradicionais de populismo, inclusive com a resiliência do próprio povo, categoria básica do populismo, como bem analisou Mounk (2019), ao explicar o aparente paradoxo quando da animosidade do povo contra a própria democracia. E, ainda, para explicar processos em que apesar de o povo se constituir como categoria básica do populismo, na realidade, encontra-se subsumido à dominação dos próprios governos populistas, os quais buscam a destruição de seus direitos. Se em termos tradicionais o populismo era pensado em termos de integração do povo, sob as formas mais recentes vemos uma espécie de “integração” destrutiva de seus direitos.

Quanto aos termos “direita” e “esquerda”, assim como suas variantes – “centro”, “centro-direita”, “centro-esquerda”, “extrema direita”, “extrema-esquerda”, para nos limitarmos a essas combinações, são representações mentais para conformar ou delimitar determinados espectros político-ideológicos, normalmente carregando

⁴ Dentre as principais promessas de campanha de Bolsonaro estavam a de combater a corrupção; acabar com a “velha política”; extirpar o comunismo e as esquerdas do país; acabar com a reeleição para presidente e reduzir o número de parlamentares; acabar com as indicações a cargos políticos e escolher o ministério por critérios técnicos; diminuir o número de servidores comissionados; instituir renda mínima e pagar 13º para quem recebe Bolsa Família.

também bandeiras programáticas de natureza econômica e social, especialmente concernentes ao papel do Estado, às políticas sociais, ao intervencionismo na economia, às reformas estruturantes dos sistemas trabalhista, previdenciário, tributário, educacional, dentre outras, e que têm servido à análise teórica e à compreensão das práticas políticas, narrativas e discursos. Compreendê-las requer, em alguma extensão, nos reportarmos a outros parâmetros ideológicos indicativos de conteúdos programáticos, servindo-nos de exemplos: comunismo/socialismo, de espectro de esquerda; liberalismo/neoliberalismo, de espectro de direita; e social-democracia, de espectro intermediário ou “terceira-via”, respeitada a diversidade de variações, gradações e conformações, quer aos contextos históricos, quer à análise semântica, e, ainda, os usos pragmáticos das expressões, razão pela qual uma determinada bandeira programática poderá ser enquadrada, ora como de esquerda, ora como de direita, ou alguma variação para um ou outro lado da tradicional díade esquerda-direita (BOBBIO, 2011), a depender da conformação ao contexto histórico em análise.

Tomamos emprestado o termo “díade” a Norberto Bobbio (2011), que, para o autor, é um modelo de pensar explicativo por contraste aplicado a diversas disciplinas – psicológicas, sociológicas, históricas, filosóficas, econômicas, estéticas e biológicas, e na esfera política por meio do par antagônico “direita-esquerda”. Tendo em mente que essa díade, como trabalhada por Bobbio (2011), foi pensada a partir de contextos históricos europeus, realizamos as devidas adaptações ao contexto brasileiro, onde há o fenômeno das alianças entre uma multiplicidade de forças políticas, especialmente partidárias. Tais forças se relacionam em um jogo de concessões que se materializa pela via jurídico-institucional, na figura das coligações e coalizões partidárias, de caráter flexível e efêmero, a depender de seus interesses, nos pleitos eleitorais e na conformação da governança, envolvendo cargos eletivos e comissionados nas esferas municipais, estaduais e federal, bem como parcelas do poder político.

Com base no contexto europeu, temos, originariamente, uma clássica configuração topográfica da política, quando da necessidade de dar rumos à Revolução Francesa, em função das novas contradições no interior da própria classe revolucionária. Trata-se das representações topológicas de direita e esquerda, representadas respectivamente por girondinos e jacobinos, em alusão às posições que os parlamentares de um e de outro ocupavam na Assembleia Constituinte, ao longo da primeira fase da Revolução Francesa – os girondinos à direita, enquanto os jacobinos, à esquerda, mas que rivalizavam a partir de diferentes propostas para o futuro da Revolução na França.⁵

⁵ Enquanto os girondinos, especialmente formados pela alta e média burguesia, e mesmo nobres, mostravam-se moderados e defensores de uma monarquia constitucional que impusesse limites ao poder do rei; os jacobinos, formados pela baixa burguesia, artesãos, trabalhadores urbanos, defendiam, por outro lado, a Proclamação da República, com o representante escolhido pelo povo.

O desenvolvimento do marxismo na Europa (e em outras partes do mundo), a partir das ideias do próprio Marx, sobretudo quando no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a primeira das Internacionais Socialistas, em 1864, resultou na fragmentação de diferentes variações no interior da própria esquerda, opondo, de um lado, os revolucionários (Bakunin, Kautsky, Plekhanov, Trotski) aos reformistas (Berstein, Lassalle), abrindo-se uma brecha para que posições intermediárias emergissem no interior dos embates políticos. No campo da direita, esta passou a representar a continuidade do próprio modelo econômico capitalista, seus princípios básicos e o primado do capital transformado em *status quo* predominante ao longo da história.

A topografia política definida pela díade direita-esquerda atravessou as décadas seguintes, à medida que as contradições, principalmente de classe, se fizeram determinantes para conformar diferentes matrizes político-ideológicas, ressaltando os interesses das classes representantes do capital em oposição ao trabalho, e os métodos de se lidar com tais contradições, seja pela via da conciliação, seja pela via da superação revolucionária.

Em importante trabalho (hoje, considerado clássico), Adam Przeworski (1989) analisa o esgotamento do que foi a esquerda revolucionária, ao longo do século XX, diante do recrudescimento do que passou a ser denominado de “social-democracia”, quando do dilema em que a classe trabalhadora esteve entre as seguintes opções: permanecer fiel ao ideário revolucionário, enquanto classe trabalhadora exclusiva, abdicando totalmente do capitalismo, ou fazer avançar o socialismo no interior das próprias instituições capitalistas, obtendo reformas e progressos parciais, lançando mão de alianças com outros partidos. A partir de apurada análise dos resultados eleitorais dos principais países europeus, Przeworski (1989) pode concluir ter prevalecido a abdição do projeto revolucionário por parte dos mais importantes e decisivos partidos socialistas europeus em prol de uma política de alianças com vistas ao avanço de bandeiras socialistas, através do sufrágio sob o “capitalismo democrático”, destacando-se dois fundamentais partidos políticos europeus de ideologia social-democrata (o *Partido Trabalhista*, da Inglaterra, e o *Partido Social-Democrata – SPD*, da Alemanha), de espectro de centro-esquerda, sob o primado do *Welfare State*. Pontua ainda o autor que não se tratou de mera decisão em face de opções, mas que as circunstâncias históricas atravessadas pelo desenvolvimento do capitalismo estabeleceram condições históricas materiais para que assim o fosse, em contraposição ao horizonte longínquo e incerto de um processo revolucionário, como teoricamente pretendido. Fato é que, na díade direita-esquerda, as representações topográficas da política sofrem um embaralhamento, ainda que mantendo sua base significativa referencial. Em contrapartida, desenvolveram-se igualmente pela direita as ideologias liberais e neoliberais, estas últimas também designadas de “nova-direita”, tendo-se como principais referências os governos dos EUA, com Reagan; do Reino Unido, com Thatcher; e do Chile, com Pinochet, inspirados nas teorias econômicas de Hayek e Friedman, que lhes serviram de fundamentos para seus projetos políticos.

Focando o contexto histórico no qual centralizou seu objeto de análise – a modernidade e suas consequências para a vida social e a política –, Anthony Giddens (1996), escrevendo em meados da década de 1990, mostra-se pessimista quanto à manutenção dos termos “direita” e “esquerda”, outrora significativos, para referenciar a compreensão da política atualmente. Segundo o autor, diante das mudanças na sociedade moderna decorrentes do avanço da tecnologia, da competitividade, da globalização, da lucratividade, do aumento da pobreza e da desigualdade, da degradação ambiental, fenômenos que impuseram graves riscos e incertezas à contemporaneidade, resultando inclusive na desintegração do socialismo e do conservadorismo, impõe-se pensar a realidade a partir de novos referenciais, como parte do que denominou de “política radical reconstituída”, a saber: a vida coletiva, a própria humanidade, a justiça e a ética social, a própria democracia, a qual deverá estar atrelada aos valores de autonomia e solidariedade.

Para isso, Giddens (1996) esboça, a título de alternativa (radical), sua proposta de reconstrução da política fundada não mais em torno das referências direita-esquerda, mas em alguns pontos que englobam: a reconstrução da solidariedade social, em todos os níveis – individual e social –, sob novas bases que envolvam a autonomia e interdependência, através da confiança; uma política de vida com base nas identidades e escolhas, em que sejam trazidas questões concernentes ao trabalho, à ecologia, ao feminismo etc.; uma “política gerativa” que possibilite a tomada de decisões por indivíduos e grupos em relação a questões diversas de “política de vida”, com base na confiança dos programas por parte do Estado; uma “democracia dialógica”, pensada para além da esfera política propriamente dita, mas enquanto espaço público e relações interindividuais, grupais e sociais, de uma maneira geral; repensar o *Welfare State* sob um novo acordo – de bases não mais verticais, como que distribuídas, mas em termos de solidariedade social. Por fim, o problema da violência, não mais baseado na segregação, mas no diálogo, em que o embate de valores é uma forma de autoconhecimento. Mister salientar que Giddens, anos após a publicação da obra em comento, publicou igualmente *A terceira via* (1999), consolidando-se como o pai da “terceira via”, ao propor novos horizontes referenciais para se pensar a política em tempos mais recentes.

Contudo, foi Bobbio (2011) quem nos legou uma análise mais pormenorizada dos termos “esquerda” e “direita” propriamente ditos, refletindo sobre essas categorias no mesmo período em que Giddens também o fez. Segundo o autor, a despeito das transformações históricas e sociais ocorridas nas últimas décadas, no interior das quais se tem as mudanças na própria política, somadas as críticas de diversos autores às representações da política em termos de “esquerda” e “direita”, a díade “esquerda-direita” permanece de grande significado para se compreender a dinâmica política, ainda que não possa mais estar associada necessariamente aos regimes comunista e capitalista, respectivamente.

Bobbio (2011) não nega a complexidade, as confusões, nem os riscos inerentes ao uso dos termos da referida díade, sobretudo quanto ao suposto caráter polissêmico que esses termos encerram, mas também quanto a noções apregoadas, ora por um polo, ora por outro, à sua própria maneira, como a de igualdade e liberdade,

assim como as diversas objeções à utilidade da referida díade, as quais foram lembradas pelo autor já no seu primeiro capítulo (A distinção contestada), apresentando suas contraobjeções a cada uma das objeções suscitadas.⁶

Conforme Bobbio (2011), a díade “esquerda-direita”, a despeito de aparentar pressupor tão somente dois polos antitéticos rígidos, admite a flexibilidade, sem mitigar sua relevância e significação, podendo-se, nesse sentido, falar-se de um “centro”, enquanto zona intermediária, bem como de outros lugares à medida da movimentação do pêndulo para um ou outro polo à distância da extremidade. Nesse sentido, expressões como as que já declinamos aqui – “centro-direita”, “centro-esquerda”, e, ainda, “extrema-esquerda” (ou esquerda inicial), “extrema direita” (ou direita final) são todas flexibilidades da própria díade e se alimentam desta, sem perder seu caráter antitético. Tal abordagem nos serve de fundamento, como desenvolveremos, para concluirmos em favor da possibilidade de podermos nos referir à existência, hoje, de uma “extrema direita”, no Brasil, a partir do que Bobbio (2011) denominou de “direita final”, definida pela posição mais à direita possível, no par antagônico esquerda-direita, conferindo-lhe características fáticas como o faremos no presente texto.

Da mesma forma, quando, por exemplo, um governo originariamente de esquerda ou de direita está no poder, e se desloca mais para o lado oposto à sua posição originária, não significa mitigação da díade; ao contrário, se lhe afirma, posto que a referência básica terá sempre esse caráter de originalidade. Na experiência política brasileira recente, servem de exemplo os governos do *Partido dos Trabalhadores* (PT), que venceu pela primeira vez as eleições presidenciais em outubro de 2002, através da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, e que se manteve no poder até o ano de 2016, quando a então presidente Dilma Rousseff, do mesmo partido, que sucedeu a Lula, sofreu processo de *impeachment*.

A despeito de o PT ser histórica e originariamente um partido considerado de esquerda, ao longo do seu governo deslocou-se mais para o centro, dada a sua política de coalizão estabelecida para fins de manutenção da governança, sem que, por isso, tenha necessariamente perdido sua caracterização de “partido de esquerda”.

⁶ De acordo com Bobbio (2011), são as seguintes as principais objeções que aparentemente justificariam o suposto caráter anacrônico da díade: a perda de referência em função da denominada “crise das ideologias”, contra-argumentando o autor que “não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise” (BOBBIO, 2011, p. 51); o fato de a díade não poder resistir em face da complexidade das sociedades atuais, contra o que o autor argumenta que a díade é flexível para dar conta de tais complexidades; e, por fim, o surgimento de novos problemas políticos como decorrência das dinâmicas sociais, do que serve de exemplo os Verdes, contra o que o autor argumenta apontando a necessidade de se levar em consideração o contexto histórico para se afirmar se tal movimento é de direita ou esquerda (BOBBIO, 2011).

Não sem motivo, o partido sofreu críticas de seus próprios membros pelo afastamento de sua posição originária⁷, assim como também de adversários, que lhe atribuíram, como ainda hoje o fazem, até mesmo como forma de deterioração da imagem do partido no contexto social mais amplo, a pecha de esquerda extremista⁸.

Acresce-se, em continuidade com o autor, que a possibilidade teórica de uma “terceira via” originária, posição que Bobbio (2011) denominou de “terceiro incluído”, igualmente em nada mitiga a relevância da díade, mas tão somente a confirma, consistindo-se em um mero deslocamento de um de seus polos. Tem-se, assim, duas formas na expressão do autor: o “terceiro incluído”, o qual busca um espaço entre os dois opostos da díade, sem, no entanto, eliminá-los, antes, afastando-os um do outro, colocando-se como uma terceira opção entre ambos; e o que denominou de “terceiro inclusivo”, o qual vai além dos dois opostos, englobando-os em uma síntese superior, portanto, anulando-os em prol de uma totalidade dialética. A rigor, a expressão “terceira via”, pelo menos como proposta por Giddens (1999), se refere mais especificamente ao que Bobbio (2011) denominou de “terceiro inclusivo”, se não vejamos:

Em termos práticos, uma política de terceira via é uma política de centro, mas idealmente ela se apresenta não como uma forma de compromisso entre dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro, e, portanto, como uma simultânea aceitação e supressão deles (e não, como na posição do terceiro incluído, refutação e separação) (BOBBIO, 2011, p. 56).

A pré-candidatura de Ciro Gomes (*Partido Democrático Trabalhista – PDT*) à presidência da República nas eleições de 2022, tendo o candidato já disputado três outras vezes tais eleições, é a que explicitamente se apresenta como uma pretensa “terceira via” originária, manifestando o posicionamento “nem, nem” (“nem Lula, nem Bolsonaro”), chegando a ser favorecida pelo seu desempenho nas pesquisas eleitorais com a terceira colocação, em agosto de 2021, explicando-se, assim, a intensificação das críticas de Ciro, ora a um, ora a outro, desses pré-candidatos.⁹

⁷ Aqui reside, segundo José de Souza Martins (2016), uma das maiores críticas feitas ao *PT*, até mesmo por integrantes e ex-integrantes do partido, que o acusaram de abandonar pautas históricas em troca da governabilidade por si, o que, segundo muitos desses críticos, teria sido a causa de sua derrocada, em 2016.

⁸ Não por acaso, hoje, no Brasil, apoiadores do presidente Jair Messias Bolsonaro, integrantes da extrema direita, um dos polos da polarização em que se encontra a disputa política no país, se referem aos eleitores e simpatizantes do ex-presidente e potencial candidato nas eleições presidenciais de 2022, Luís Inácio Lula da Silva, pelo termo depreciativo “esquerdopatas”, ressaltando-se que, na visão dos extremistas, conforme se apresentam, sobretudo nas redes sociais e canais na internet, a pecha de “esquerdopatas” se estende a todos que, de uma forma ou de outra, exercem algum tipo de crítica ou se opõem às ideias do presidente Bolsonaro, incluindo ex-aliados.

⁹ Ao longo de boa parte do ano de 2021, as pesquisas apontaram para uma polarização entre os candidatos Bolsonaro e Lula, visando as eleições de 2022, e, surpreendentemente, enorme distanciamento do segundo para o terceiro lugar, este de modo a revezar diferentes nomes, e sinalizando falta de perspectivas de rompimento dessa polarização. Por outro lado,

Sob o pressuposto de que direita e esquerda possam ser igualmente extremistas, diferenciando-se tão somente pelo conteúdo de seus programas políticos, Bobbio (2011) propôs, como contrapartida da posição extremista, a moderação, de forma a sugerir uma espécie de nova díade – “extremismo-moderantismo” para conformar a posição extremista à topografia política. Sob tal proposta, impõe-se nova caracterização de cada uma das partes da díade extremismo-moderantismo, seja de direita, seja de esquerda, de forma que uma direita extremista se torne tanto parecida com uma esquerda extremista, quanto uma direita moderada com uma esquerda igualmente moderada, ambas se diferenciando de suas próprias posições extremas:

A díade extremismo-moderantismo não coincide com a díade direita-esquerda e obedece, como veremos, a um critério de contraposição no universo político diverso daquele que é indicado pela distinção entre direita e esquerda (BOBBIO, 2011, p. 69).

Sobra-nos, por conseguinte, na esteira estendida pelo autor, caracterizar cada um dos polos dessa nova díade – extremismo e moderantismo.

A democracia é a característica maior do moderantismo, assim como tudo que é gradual, prudente, reformista, tolerante e afeito ao compromisso e à solução pacífica dos contrastes, de onde concluímos que a democracia não é afeita ao autoritarismo. Por outro lado, o polo “extremista”, de direita ou de esquerda, carrega as características do que é catastrófico, disruptivo, irracional, anti-iluminista e antirrevolucionário, afeitas, portanto, a formas de autoritarismo, que dispensa o diálogo e a solução pacífica dos conflitos.

Ao caracterizar a posição extremista como o fez, Bobbio (2011) não quer sucumbir à díade originária “direita-esquerda”, mas, ao contrário, atualizá-la em termos de como ela se manifesta em situações antidemocráticas, fazendo sempre alusão às correntes fascistas e comunistas, que, segundo o autor, respeitadas suas diferenças mutuamente excludentes na prática política, se encontram diante de um inimigo comum – a democracia, “com suas regras que permitem a alternância entre direita e esquerda” (BOBBIO, 2011, p. 77).

No tempo em que o presente texto está sendo escrito, a democracia brasileira atravessa talvez sua maior crise, desde a redemocratização, em meados da década

articulações tem havido com vistas à proposta de uma terceira via diante de um quadro em que, ironicamente, os atuais pré-candidatos que polarizam o topo das pesquisas são, contraditoriamente, também os que ocupam o topo das pesquisas quando dos índices de rejeição. São exemplos também de outros nomes que se ventilam como possíveis alternativas de uma terceira via: João Dória e Eduardo Leite (ambos do *PSDB*), Simone Tebet (*Movimento Democrático Brasileiro – MDB*), Sérgio Moro (*Podemos*), Luiz Henrique Mandetta (*Democratas – DEM*), ventilando-se também os nomes de pessoas de fora do espectro político tradicional, tais como José Luiz Datena, jornalista, e Luciano Huck, apresentador de programa televisivo, ainda que não consolidadas. Movimentos identificados com o espectro de direita, tais como o *Movimento Brasil Livre (MBL)* e *Vem Pra Rua (VPR)*, articularam manifestação no dia 12 de setembro de 2021 em prol do *impeachment* do presidente Bolsonaro e em favor de uma candidatura alternativa, também pretensamente de terceira via à Bolsonaro e à Lula, sob o slogan “nem, nem” (nem um, nem outro) (TAVARES, 2021).

de 1980, sofrendo ameaças e ataques explícitos a partir de grupos que se autoproclamam orgulhosamente de direita, mas com métodos extremistas, embora evitem se identificar como tal, voltados essencialmente para o funcionamento das instituições, e apoiados por integrantes do governo e seus aliados.

Antes, cumpre-nos salientar que a democracia ora em crise é a que historicamente emergiu com as revoluções burguesas na modernidade, marcadamente as revoluções inglesa, francesa e americana, na carona do liberalismo moderno, e que serviu de modelo ao mundo colonizado, nas formações de seus estados constitucionais, não devendo, portanto, ser confundida com os ideais utópicos de democracia sob os pilares de uma igualdade material que serviu aos propósitos humanísticos, éticos e sociais. Trata-se, portanto, da chamada “democracia burguesa”, associada à noção formal de “liberdade”, fortemente marcada pelo individualismo, contrapondo-se à própria noção de soberania popular em termos rousseauianos. Segundo Bobbio (2017), trata-se da democracia que é o “natural desenvolvimento” do Estado liberal, fruto, portanto, de um encontro histórico entre liberalismo e democracia, diferenciando-se esta da noção de democracia dos antigos. Tais considerações são importantes nesse trabalho para esclarecer que, ao falarmos em crise da democracia, não estamos a nos referir à democracia como ideal utópico emancipatório das gentes, mas a um determinado modelo em particular, o qual repousa suas origens em meio às revoluções burguesas, carregando como decorrência suas próprias contradições sociais e econômicas, mas que, por outro lado, se firmou contra os modelos totalitários de sociedade e de governos.

Segundo Yascha Mounk (2019), a crise contemporânea da democracia se consiste na dissolução do “pacto” entre liberalismo, enquanto esfera das liberdades e direitos individuais, e a própria democracia, enquanto esfera da autonomia popular, em que as próprias políticas públicas são expressão popular, ocasionando que as liberdades se voltem contra o próprio povo. Este passa a exercitar sua autonomia, contraditoriamente, abdicando de seus próprios direitos, numa forma iliberal de democracia que deságua no “populismo autoritário”, nova modalidade de populismo que se diferencia do populismo tradicional. Segundo o autor, as razões pelas quais a democracia (liberal) entra em crise são: que ela teria deixado de trazer prosperidade econômica aos indivíduos; que as liberdades e reconhecimento étnico e multiculturais passavam a se constituir em ameaças ao direito de outros, marcadamente das elites; e que a quebra do monopólio das comunicações pelas elites políticas e econômicas, sobretudo com o advento da internet e das redes sociais, trouxe à luz as opiniões extremas com a ruptura dos consensos. O resultado mais imediato disso foi o “populismo autoritário”, cujas evidências são a perseguição à liberdade de imprensa, a crítica às instituições da democracia liberal, a perseguição à oposição e a deterioração dos “direitos individuais”.

Da mesma forma em que se faz necessário precisar o sentido no qual nos referimos ao populismo autoritário, Tormey (2019) traçou um quadro tipológico do que vem a ser o populismo (ou neopopulismo), no atual cenário político internacional, a partir de suas características principais, que muito nos serve à compreensão da experiência brasileira.

- Vê o antagonismo fundamental na sociedade como o que existe entre o “povo” (bem) e as “elites” (mal);
- Constrói o contexto político em termos de uma “crise” que põe em destaque a inadequação do establishment político;
- Oferece uma visão redentora, em vez de uma abordagem guiada pela política, tecnocrática ou baseada em problemas;
- Tem como centro uma figura carismática que afirma possuir poderes excepcionais de liderança;
- Aplica um uso mais franco, mais voltado para o confronto, mais direto da linguagem, o “falando claramente” (TORMEY, 2019).

Não vemos no autor pelo menos a tônica na distinção comparativa entre populismos passados e contemporâneos, mas, no caso do populismo contemporâneo, cujo marco histórico delimitatório é o ano de 2016, com a eleição de Rodrigo Duterte (o “Rody”), como presidente das Filipinas, o autor se debruçará em uma análise comparativa entre os diversos países que o populismo “explodiu”, como disse Tormey (2019), desde aquele ano, traçando características em comum, sem desprestigiar as especificidades de cada país.

A descrição das práticas do governo Bolsonaro, presente nesse trabalho, dá-nos uma luz para compreendermos que não se trata de uma experiência isolada, mas que cujas causas e processos podem ser mais bem vistos a partir de outras causas e processos semelhantes, acontecidos em outros países, o que nos permite inclusive chegar à conclusão de a experiência brasileira se constituir um exemplo mais rigoroso do populismo recente quando comparado ao de outros países.

Crise da democracia, governo Bolsonaro e os desafios ao estado democrático de direito

Nossa história política recente, mais especificamente desde a redemocratização, em meados da década de 1980, pode ser periodizada em pelo menos três momentos principais, não necessariamente definidos por quem esteve na titularidade do Poder Executivo ou que incluía todos os mandatos presidenciais.

O primeiro momento, de base cultural democrático-liberal ou neoliberal, a depender do olhar do/a analista, corresponde aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, do *Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)*, nos anos 1995 a 2002, em que as relações entre Estado e sociedade se pautaram por uma determinada continuidade em relação às regras democráticas, no que pese o funcionamento e as relações entre os partidos políticos, o funcionamento dos órgãos do Estado, incluindo o Judiciário; a harmonia entre os poderes, a liberdade de imprensa e o reconhecimento das diversas entidades civis, a despeito da permanente relação de conflitos,

tanto no âmbito da sociedade como no do Estado, as disputas ideológicas e a liberdade de oposição, o que sinaliza que a democracia não é algo definitivamente consolidado, mas se encontra em permanente estado de conflito. A despeito disso, a esfera econômica se pautou nos programas de privatização, na austeridade fiscal, na abertura do mercado interno ao capital estrangeiro, no arrocho salarial dos trabalhadores e do funcionalismo público, enquanto o Brasil se tornou membro cooperado e signatário de diversos pactos internacionais no âmbito da *Organização das Nações Unidas (ONU)*, destacando-se os concernentes aos direitos humanos, às questões ambientais, comerciais, dentre outras, inclusive, recepcionando, no âmbito interno, convenções e tratados internacionais, desfrutando, dessa forma, de amplo reconhecimento internacional como um Estado soberano e social democrático de direito. A transmissão da faixa presidencial se fazia sem contestações, e em reconhecimento dos resultados do sufrágio universal.

O segundo momento, marcado especialmente pelo governo do *PT*, a partir de 2003, após as eleições de 2002, consequência do agravamento de contradições do período anterior, de base cultural democrático liberal-social, prestigiou os programas sociais de melhoria da qualidade de vida da população, notadamente de baixa renda, ainda que sem (maiores, diga-se) ameaças ao núcleo do sistema capitalista (MARTINS, 2016). O pacto social com segmentos identificados com a direita, expressos na política de coalizão, sobretudo, quando do segundo mandato de Lula (2007-2010), embora que de precária estabilidade, rendeu-lhe a sobrevivência quando de graves crises políticas, com destaque às decorrentes do “Mensalão” e do “Petrolão”, ao longo dos dois mandatos de Lula (2003-2010). Entretanto, no que concerne à democracia, ela sofreu diversos revezes na continuidade desse período, principalmente quando do mandato da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) (AVRITZER, 2021). Foi ao longo do governo de Rousseff, no que pese todo um conjunto de fatores políticos e econômicos, internos e externos, que teve lugar importante acontecimento que serviu de fratura à ordem democrática no país – seu *impeachment*, em 2016. Sob forte coloração de um golpe, o *impeachment* da presidenta Rousseff foi batizado de golpe midiático-político-jurídico, financiado pela elite econômica brasileira (SOUZA, 2016; PRONER, 2016; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016), em função da participação conjunta de diversas instâncias envolvidas – parlamentares de oposição, judiciário e corporações da classe empresarial, dentre as quais estão as que comandam a grande imprensa no país, principais responsáveis por promover na sociedade brasileira uma narrativa que definia a então presidenta como “incompetente” e o seu governo como corrupto, envoltos em supostos crimes de responsabilidade. Vale destacar sobre o governo Dilma que sua vitória apertada nas eleições de 2014, garantindo-lhe a reeleição para mais um mandato, foi contestada pelo candidato derrotado, Aécio Neves (*PSDB*), que questionou os resultados apurados na justiça eleitoral, ainda que sem êxito, mas já sinalizando a resistência contra a continuidade do *PT* na condução do país.

E, por fim, o terceiro momento, que teve início após a destituição de Rousseff, marcado pelos governos de Temer (*MDB* – 2016-2018) e Bolsonaro (2019), de ma-

triz econômica liberal-excludente comum, o qual, diferente dos demais, não se constituiu em um bloco que poderíamos definir como uníssono, sendo no governo de Bolsonaro, mais especificamente, que tivemos a ascensão do populismo autoritário, de extrema direita, o qual representa uma evidente descontinuidade em relação aos períodos anteriores, em que se teve como a maior de suas marcas o agravamento da crise da democracia, em proporções até então inéditas, não equiparadas a nenhuma crise que o Brasil atravessou desde a redemocratização.¹⁰

Segundo Silva (2021), a eleição de Bolsonaro em 2018 é o resultado mais imediato da crise da própria república, que se expressa de forma institucional e ideológica, em perspectiva histórica, como crise de hegemonia, ocasionada pela ruptura do pacto democrático e de dominação política, a partir da redemocratização (anos 1980 e 1990). Trata-se de uma crise “parasitária” ou “mórbida”, consequência de uma “nova direita” que o autor denomina de “reinventada”, de onde se explica algumas de suas características, dentre as quais o anti-intelectualismo e o antielitismo (SILVA, 2021).

Como afirmado no início deste artigo, Bolsonaro venceu as eleições presidenciais de 2018 surpreendendo a própria “classe política”, enquanto um candidato “incidental” (ABRANCHES, 2020), mesmo as pesquisas eleitorais tendo apontado a liderança do capitão reformado desde o início da campanha. Aliás, essas eleições estavam como que “prometidas” aos líderes do golpe midiático-político-jurídico que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, sob o falso pretexto de um processo legal de *impeachment*, tese que se evidenciou cada vez mais insustentável, principalmente a partir das matérias impactantes da “Vaza Jato”¹¹.

O golpe de 2016 (PRONER, 2016; SOUZA, 2016) visava, mais à frente, impedir que o *PT* retornasse ao poder, o que seria facilitado com os líderes do golpe no poder, quando das eleições presidenciais de 2018, completando-se ao afastar Lula da candidatura às eleições daquele ano, como de fato se sucedeu, vez que ele foi condenado em processos judiciais, que, na origem, foram presididos pelo então juiz Sérgio Moro.

As revelações divulgadas pelo site *The Intercept Brasil* sobre a parcialidade do juiz que condenou Lula por supostos crimes de corrupção, afastando-o das eleições de 2018, só corroboraram a existência de um esquema golpista que se vestia de combate à corrupção, sob a operação Lava Jato, tese que veio posteriormente a ser

¹⁰ Sobre a crise da democracia no Brasil e no mundo, apoiamo-nos em especializada literatura (MOUNK, 2019; SANTOS, 2016; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; LIJPHART, 2019), que, respeitadas as especificidades de cada autor, a situa em meio ao ressurgimento de forças políticas conservadoras, de matriz neopopulista e autoritária, cujos métodos para a aquisição e/ou perpetuação do poder se assemelham, unindo-se no que concerne às ameaças e ataques a pessoas e instituições do estado democrático de direito.

¹¹ Refere-se às revelações decorrentes da publicização pelo site *The Intercept Brasil* de fatos que atestaram evidências de conspirações que comprometiam a imparcialidade do julgamento que condenou Lula em supostos crimes, quando da operação Lava Jato a cargo do juiz Sérgio Moro, e que impediu o ex-presidente de participar das eleições de 2018, embora ele liderasse as pesquisas eleitorais, pavimentando o caminho para a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

reconhecida e acatada pelo STF, no julgamento da suspeição do ex-juiz Moro, concluído em meados de 2021, devolvendo a Lula seu retorno à vida política, bem como sua provável candidatura nas eleições de 2022, em que já aparece como o primeiro colocado nas pesquisas eleitorais.¹²

Na trama que desembocou no golpe de 2016, todos os esforços empreendidos para tirar o *PT* da Presidência da República, impedindo-o de retornar a ela e abrindo espaço para que a velha direita voltasse ao comando central do país, nas eleições de 2018, resultaram em uma ironia marcante na história política brasileira. Sobressaiu-se aqui a máxima popular de que “o tiro saiu pela culatra”. Ou seja, toda a onda de desqualificação do *PT* e da reputação de Lula, especialmente na grande imprensa e nas redes sociais, advinda já das mobilizações contestatórias de junho de 2013 (NOBRE, 2020), acabaram produzindo um sentimento de insatisfação generalizado não somente contra os pretensos alvos originários, mas contra a própria classe política, como um todo, em um primeiro momento, e a grande imprensa e o próprio judiciário, como decorrência. Tal foi o resultado a que chegou o repertório de insatisfação que se vinha desde o ano de 2013, através de amplas manifestações de rua, oportunizando a entrada em cena de um candidato que se vendia como um *outsider*, com a promessa de acabar com a “velha política” e a corrupção, em nome de “Deus”, da “família” e da “pátria”, sob o lema de campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, “habilitando-se” a enfrentar, como o faz até o presente momento, o Poder Judiciário e os maiores veículos de imprensa.

Sobre a crítica de Bolsonaro à política, Di Carlo e Kamradt (2018) abordaram com a tese do “politicamente incorreto”, expressão que os autores obtiveram a partir das próprias palavras de Bolsonaro, quando de sua crítica ao que denominou de “política correta”, dirigida a todo o *status quo* existente, bem como aos adversários políticos, angariando notório apoio popular. Tal crítica consistiu, segundo os autores supramencionados, em uma das marcas características da “nova direita”, representada no Brasil pelo bolsonarismo.

Nesse sentido, nutrindo o ódio à política e aos políticos, Bolsonaro foi mais um “governante incidental” (ABRANCHES, 2020), tendo chegado ao poder como que de improviso, sem qualquer garantia de continuidade, mas que soubera capitalizar frustrações generalizadas em favor de sua ascensão política, representando sérios riscos à institucionalidade democrática.

A controversa facada que Bolsonaro sofreu em suposto atentado, quando ainda em campanha eleitoral, o manteve cada vez mais vivo nas pesquisas, soando como que o sobrevivente escatológico que estava messianicamente destinado a governar o Brasil, não se podendo, obviamente, sequer imaginar, à época, o desenrolar dos anos seguintes até o momento em que nos encontramos agora, em meio à maior crise

¹² No período em que esse trabalho se encontra em processo de revisão para publicação, deu-se a filiação do Ex-Juiz Sérgio Moro ao Podemos, mais especificamente no dia 10 de novembro de 2021, com a clara sinalização de que ele seria o pré-candidato à Presidência da República, chegando a figurar em terceiro lugar nas pesquisas eleitorais, e embaralhando o jogo político voltado para as eleições presidenciais de 2022.

institucional, além de social, política e econômica, nas três últimas décadas, em que o próprio estado social democrático de direito se encontra sob fortes ameaças e riscos. Estamos a falar de um governo, de perfil político populista e autoritário (TORMEY, 2019; MOUNK, 2019; AVRITZER, 2021), que se tornou herdeiro incidental exclusivo de uma herança política para o que não contribuiu diretamente, mas que se encontrava como que no caminho do recrudescimento do movimento conservador, reacionário, moralista e autoritário que se visibilizava no Brasil já há alguns anos (SCHWARCZ, 2019), associando-se à “memória fraca”¹³ e ao revisionismo histórico, como analisado por Di Carlo e Kamradt (2018).

A base de apoio de Bolsonaro, como estendida até o presente momento, tem sido formada por parlamentares e políticos remanescentes, que não sucumbiram ao rompimento com o presidente, inclusive, representantes da denominada “velha política”, que Bolsonaro havia prometido acabar, se fosse eleito. Aqui, chamamos atenção para uma contradição digna de nota. Segundo Couto (2021), em sua composição ministerial, o governo Bolsonaro contou com cinco grupos de apoio: economistas, militares, ideólogos, burocratas e políticos incorporados pelo critério de lealdade pessoal, em vez de representação partidária. Este último grupo é formado por integrantes da “velha política”, da qual vários parlamentares passaram a constituir a base do governo, o que comprova uma contradição patente na crítica de Bolsonaro ao sistema político.

Na base do governo Bolsonaro também estão os militares, destacando-se generais graduados das Forças Armadas e parte considerada de integrantes das polícias militar e civil no âmbito dos estados. Alguns empresários dos ramos de alimentos, agronegócio, ruralistas, setores minoritários da imprensa, incluindo blogueiros e youtubers suspeitos de serem financiados pelo próprio governo para promoverem suas ideias e difamarem opositores. Setores majoritários do segmento evangélico, que emergiram das inseguranças e crises econômicas que estão na base do recrudescimento da “onda conservadora” (BURITY, 2018), coincidentemente, localizados entre os maiores devedores da previdência social, os quais têm conseguido benesses governamentais concernentes ao arrolamento de suas dívidas previdenciárias, trabalhistas, de imposto de renda, dentre outras¹⁴. Os ideólogos, sob o condão

¹³ Por “memória fraca” Di Carlo e Kamradt (2018) entendem o esquecimento, por parte da maioria dos brasileiros, dos processos de violência econômica, social e política que marcam o país, assim como os movimentos de emancipação social e de reconhecimento de direitos.

¹⁴ Segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, obtidos e divulgados pelo portal Uol, em 28 de setembro de 2021, somente um grupo de 16 entidades religiosas, de um total de 9.230, incluindo diversas denominações, com destaque às evangélicas, deve 1,6 bilhão em impostos diversos, valor correspondente a 80% do total das dívidas, sobretudo previdenciárias, trabalhistas, de imposto de renda, dentre outras, ressaltando-se que nenhuma dessas 16 entidades deve menos que 20 milhões (MILITÃO, 2021). Segundo a reportagem do Uol, as entidades religiosas que lideram o ranking das principais devedoras junto à Fazenda Nacional são: Instituto Geral Evangélico; Igreja Ação e Distribuição; Igreja Mundial do Poder de Deus; Igreja Internacional da Graça de Deus; Igreja da Unificação; Igreja Renascer em Cristo, dentre outras. Ressalta-se, com base na matéria, que parte dessas dívidas foi achada pela Receita Federal como decorrente de formas fraudulentas de sonegação de impostos, com as quais as entidades que assim agiram se aproveitaram da condição de

radicalmente negacionista e revisionista de Olavo de Carvalho, o chamado “guru” do presidente, de seus filhos parlamentares e de parte de agentes políticos que integraram seus ministérios, especialmente da Educação e das Relações Exteriores. E, finalmente, um segmento de seus eleitores, considerados os mais fiéis, os quais não poupam oportunidade de promover movimentos de apoio ao presidente, bem como ameaças às instituições do Estado, defendendo bandeiras tais como o fechamento do Congresso Nacional e do STF, a volta do Ato Institucional nº 5 (AI 5), o Golpe Militar, com a permanência de Bolsonaro no poder, dentre outras que chegam até a expulsão dos considerados “inimigos” do Brasil, ou os “comunistas”, como se referem a todos os demais que se oponham ao presidente, na defesa da democracia, das instituições do Estado e dos direitos.

Ao assumir o governo, Bolsonaro implementou uma reforma administrativa, que extinguiu diversos ministérios, enquanto concentrou outros, conforme prometeu em campanha nas eleições, mas que, de fato, como pontuou Avritzer (2021), serviu a um propósito de desmonte do Estado. Essa reforma desestabilizou áreas fundamentais de atuação governamental (trabalho, previdência, educação, saúde, meio ambiente, cultura), mas que, tão logo vendo-se em desprestígio e queda de popularidade nas pesquisas eleitorais, Bolsonaro recriou ministérios extintos a fim de ampliar as relações de troca, comumente denominadas “toma lá, dá cá”, com segmentos conservadores no Congresso Nacional (o chamado “Centrão”) representantes da “velha política”.

Portanto, recorrer ao apoio de parlamentares do Centrão foi a estratégia de Bolsonaro, principalmente visando a garantir sua sobrevivência política, afastando a possibilidade de impedimento, tendo ele sido o presidente que mais teve pedidos de *impeachment* em toda a história do país, chegando, nesse momento, a um número superior a 130 solicitações protocolizadas na Câmara Federal, além de tentar, por fora das regras democráticas e da negociação política legítima, obter aprovação de projetos de interesse seu e de sua base.

Em quase três anos de governo, Bolsonaro instrumentalizou, em seu benefício, ainda que vedado ao presidente da República fazê-lo, órgãos e demais entidades do Estado e da sociedade civil, dos quais destacamos alguns: a Polícia Federal (PF), intervindo diretamente na troca imotivada de comando geral do órgão, ao que tudo indica, a fim de facilitar seu acesso a informações concernentes a investigações que, sobretudo, envolvem a sua família (ele e seus filhos). Tal fato resultou no rompimento com seu então ministro da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro, o representante maior da operação Lava Jato, que deixou a magistratura para se tornar titular de um dos chamados “superministérios” de Bolsonaro, com suposto interesse de, mais tarde, vir a ser escolhido pelo presidente para uma vaga no STF. Porém, Moro acabou rompendo seus laços com Bolsonaro, denunciando o fato como interferência do presidente na PF. Igualmente com relação à Procuradoria Geral da República (PGR), Bolsonaro indicando o atual Procurador-Geral do Órgão, Augusto Aras, à revelia da

isenção tributária, em função de atividades religiosas, para auferirem ganhos ilegais decorrentes de atividades econômicas e lucrativas (MILITÃO, 2021).

lista tríplice proposta pelo próprio Órgão. Mesmo que reconduzido ao cargo, após tardia aprovação do Senado Federal, Aras não o foi sem as críticas de omissão, inclusive de seus próprios pares – os demais procuradores da República –, quanto ao encaminhamento de denúncias diversas envolvendo o presidente. Com a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República não foi diferente, estando nesse momento sob investigação por suposto motivo de financiamento de campanhas de difamação por meio de *fake news* a opositores do governo, com pagamentos a blogueiros, a youtubers e a jornalistas. A instrumentalização se estendeu também ao próprio Banco Central, que atuou no sentido da retirada do *Banco do Brasil* e da *Caixa Econômica Federal* da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), pelo fato de esta ter realizado um manifesto público em prol da harmonia entre os poderes, soando como declaração de insatisfação com o governo, o que deflagrou uma crise em meio ao empresariado e ao sistema financeiro. Com relação ao Congresso Nacional, destaca-se a forma como as emendas ao orçamento da União foram conduzidas, mas também de como o governo lançou mão de apoio à aprovação de projetos governamentais. De grande repercussão a instrumentalização das polícias militares e civis, nos estados, setor em que Bolsonaro tem forte base de apoio, com o fim de minar o poder dos governadores sobre as referidas categorias, lembrando, ainda, sua tentativa de aprovar de forma quase que clandestina, no Congresso Nacional, a subordinação das polícias militares estaduais ao Governo Federal, que resultou fracassada, somando-se, ainda, a tentativa de cooptação da categoria por meio de facilidades de programas habitacionais. Tal lista pode, ainda, ser acrescida por fundações, órgãos ambientais, universidades, conselhos de políticas públicas que foram desmantelados para nos limitarmos a alguns poucos exemplos, fato que não passou sem que redundasse em um estado permanente de crise.

Desde que assumiu o poder, Bolsonaro, seguido por seus ministros, caracterizou-se pela elevada indisponibilidade de desenvolver qualquer canal de diálogo ou articulação, quer com a classe política, em geral, o Congresso Nacional, para fins de aprovação de seus projetos, quer com as demais instituições do Estado, da sociedade civil, em geral, como requer um governo republicano, sob o regime democrático. Tal fato se estendeu também às relações internacionais e diplomáticas, servindo de exemplo o trato do governo Bolsonaro com a China, a França, a Alemanha, a Argentina, o mesmo se dando com agências internacionais como a ONU, a *Organização Mundial de Saúde (OMS)*, principalmente em questões multilaterais como meio ambiente, pandemia de COVID-19, direitos de indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQIA+, dentre outras categorias. Antes, sempre se utilizou do conflito, ele mesmo, Bolsonaro, tornando-se um fabricante de crises, não havendo interregno sem que não propusesse alguma questão que redundasse em choque ou controvérsia. Não sem motivo, Bolsonaro incentiva a população para a compra de armas e a preparação como que para uma guerra, aproveitando-se disso para angariar apoio dos seus eleitores mais radicais, na qualidade de estratégia política afeita a governos populistas, como bem definiu Tormey (2019):

Sem crise, há pouca chance de o populismo ganhar força. (...) Políticos populistas compreendem que seu jogo só ganhará força se as pessoas acreditarem que existe uma crise que requer uma mudança radical de curso, uma nova política e uma nova liderança (TORMEY, 2019).

Sob esse tradicional receituário populista de governo destaque-se que, ao longo de todo o seu mandato, Bolsonaro cultivou, no âmbito interno, uma relação direta com seus eleitores, servindo de exemplo seus encontros semanais com aqueles, no denominado “cercadinho”, sob a cobertura da imprensa, ocasião em que aproveita, como já vinha fazendo através das redes sociais, para reforçar suas críticas públicas às instituições democráticas, depreciar personalidades, desferir ataques a opositores e desafetos, além de realizar incitamentos e convocações para protestos contra órgãos do estado democrático de direito, sempre sob a perspectiva populista do “nós contra eles”. E assim o faz apresentando-se sempre como vítima de investidas oposicionistas que supostamente o impedem de governar a fim de angariar apoio popular às suas ações e omissões, colocando o povo contra o próprio Estado republicano e suas instituições democráticas, em tão evidente sintonia com o receituário populista autoritário de governo (TORMEY, 2019). Integra, ainda, esse receituário suas permanentes aparições em manifestações promovidas por seus apoiadores e eleitores, grande parte delas em flagrante ameaça e ataque a pessoas e instituições do estado democrático de direito, como, mais recentemente, na forma de “motociatas”, promovidas em diversas capitais do país, incluindo as sediadas em unidades da federação governadas por oposicionistas, ocasião em que, intencionalmente, sem usar máscara de proteção facial, promove aglomerações de pessoas em contexto pandêmico, violando normas sanitárias locais de isolamento e não poupando ataques a políticos e opositores. E, como já mencionado, o incitamento do próprio presidente da República a que a população (ou uma parcela de seus eleitores) se arme, inclusive tendo sugerido fuzis para a “defesa da pátria” e supostamente da liberdade, ao mesmo tempo que se verifica a disparada dos preços da gasolina, do gás de cozinha, da energia elétrica, dos alimentos, para citar apenas alguns exemplos de produtos e serviços essenciais que mais desencadearam o descontrole da inflação, corroborando o agravamento da deterioração das condições de vida dos brasileiros e brasileiras, sobretudo os mais pobres.¹⁵

Destaque-se também a estratégia de difamação pessoal contra opositores, bem como de divulgação de *fake news* por meio das redes sociais, supostamente envolvendo uma gama de apoiadores e financiadores, fato que vem sendo investigado no âmbito da PF, e que, segundo investigações em andamento, tem sido coordenado de dentro do próprio Planalto, sede do governo, doravante conhecido como “gabinete do ódio”, de onde supostamente procede toda a inteligência e orquestramento do

¹⁵ Segundo o Cadastro Único do governo federal (CadÚnico), sob o governo Bolsonaro, mais de 02 (dois) milhões de famílias entraram para a extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89 mensais), representando 41,1 milhões de pessoas, sem mencionar 2,8 milhões de pessoas na pobreza (renda per capita de R\$ 90 a R\$ 178 mensais) (MADEIRO, 2021).

esquema criminoso de assassinato de reputações individuais e institucionais, envolvendo órgãos de governo, como a Secom, bem como agentes públicos. A estratégia, ao que tudo indica, já foi utilizada por ocasião da campanha eleitoral de 2018, e teria influenciado os resultados eleitorais em favor de Bolsonaro, fato que se encontra sob investigação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Muito oportunamente, Abranches (2020) compara as atitudes equiparadas de Trump e Bolsonaro, enquanto replicadores sobretudo por meio das redes sociais, entre estas o Twitter, do que o autor denomina de “mentalidade agressiva”, como estratégia política.

Promovendo conflitos com seus opositores, comportamento característico de seu governo, Bolsonaro se voltou contra os governadores dos estados, o que foi agravado em razão da pandemia, quando o presidente se opôs publicamente às medidas restritivas impostas por aqueles, seguindo as orientações da OMS como forma de contenção do novo coronavírus em todos os países. Assim como se aproximou dos policiais militares e civis, sob o comando dos governadores, instigando e apoiando movimentos de sedição no seio das corporações, em explícita violação aos estatutos legais militares e à própria Constituição Federal, ficando emblemáticos os motins de policiais ocorridos no estado do Ceará, Pernambuco, além de desconfortos em outros estados, como em São Paulo, onde o governador, João Doria (PSDB), passou a ser considerado um de seus maiores adversários nas eleições de 2022.

Com relação à pandemia de COVID-19 que, de março de 2020 a agosto de 2021, levou à morte mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras, o governo Bolsonaro se insurgiu contra as medidas sanitárias recomendadas por órgãos e entidades públicas de saúde nacional e internacional, dentre as quais o isolamento social, a utilização de máscaras e álcool em gel etc., promovendo uma patente *necropolítica*, para fazermos referência ao conceito de Achille Mbembe (2018)¹⁶.

O governo federal negligencia o apoio e a coordenação nacional para gerenciamento da doença, cuja competência, segundo a Constituição Federal, é privativa da União, em troca da defesa e propaganda de medicação sem resultados comprobatórios e não recomendados por órgãos de saúde nacional e internacional, intensificando-se, assim, o acirramento político com os governadores dos estados, o qual perdura até o presente momento. O próprio presidente apareceu pessoalmente em diversas oportunidades na televisão, fazendo a defesa de medicamentos ineficazes ao tratamento da doença, seguido, nesse exemplo, por blogueiros, youtubers, jornalistas e demais apoiadores do governo, parte deles envolvida em inquérito de investigação por recebimento de verbas públicas federais para tal divulgação. A gravidade da omissão culposa do governo, representada pelo próprio presidente, obrigou o Senado Federal a deliberar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), conhecida como “CPI da COVID” ou “CPI da Pandemia”, para apurar as

¹⁶ Sobre a noção de “necropolítica”, segundo o autor, trata-se de como a morte passa a ser também matéria de gestão, em que o Estado passa a gerir como e quem deve morrer. Tem-se, assim, a morte como fundamento para a gestão estatal da sociedade, em uma evidente subordinação da vida à morte, como paradigma.

responsabilidades do governo federal, cuja omissão por parte do presidente ocasionou a morte de milhares de pessoas, e possíveis irregularidades na compra de vacinas, investigação que foi encerrada com a indicação de condenação de várias pessoas, incluindo a pessoa do próprio Presidente.¹⁷

Ainda durante a pandemia e em meio aos trabalhos da CPI da COVID-19, até mesmo no sentido de desviar a atenção pública dos trabalhos da referida Comissão, Bolsonaro protagonizou mais um conflito programático, mobilizando seu exército de rua – parte mais extremista de seu eleitorado –, desta feita contra a urna eletrônica, afirmando, equivocadamente, que o voto eletrônico não é auditável, e, sem nenhuma prova, que este está sujeito a fraudes, incitando, dessa forma, a população contra um dos maiores pilares da democracia representativa – o sufrágio universal –, sob falso pretexto de aprimoramento do sistema. Com isso, deflagra ataques contra os integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), particularmente à pessoa de seu presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que se manteve sempre em defesa do voto eletrônico, asseverando que as urnas eletrônicas são auditáveis e seguras; assim como desferiu ataques contra a Câmara dos Deputados, que recentemente votou contra a denominada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, a qual propunha a mudança da legislação, na direção que o presidente pretendia.

À guisa de conclusão desta seção, temos que os elementos empíricos trazidos à baila neste trabalho apontam para a constatação da existência de uma extrema direita de matriz populista e autoritária no Brasil, da qual Bolsonaro e o bolsonarismo são sua expressão emblemática, estado de coisas que nos colocou o desafio de compreender a sua ascensão e os seus impactos ao estado democrático de direito. Tais elementos se circunscrevem em torno de alguns pontos principais que escolhemos para refletir sobre o estado democrático de direito: a relação do governo com os demais poderes, os órgãos de Estado e a sociedade; o pacto federativo; o modelo de gestão política, visando a reprodução do poder e das políticas sociais.

O que poderia parecer uma “surpresa” à velha direita, crente de que voltaria ao poder em 2018 – para isso tendo tentado canalizar em seu favor a insatisfação popular, a partir de junho de 2013, e, principalmente, após ter afastado uma presidenta que fora eleita legitimamente por meio de um duvidoso e suspeito processo de *impeachment* –, transformou-se na mais drástica realidade, a saber, a entrada em cena de um novo protagonista, originado das próprias contradições de uma cultura política fragmentada, terreno fértil propício para o populismo autoritário, o qual acabou vitorioso nas eleições de 2018, sob os auspícios da formalidade democrática contra a qual se insurgiu.

¹⁷ Além da responsabilização do Presidente e do governo por omissão, o Relatório Final da CPI da COVID-19, lido no dia 19 de outubro de 2021, sob a cobertura da imprensa, solicitou o indiciamento de 70 pessoas e empresas por diversos crimes decorrentes da condução da crise sanitária causada pela pandemia.

Concordamos que tanto esquerda quanto direita, e suas diversas variáveis, não atentaram às contradições que poderiam se rebelar contra a ordem política e econômica, e que minavam a democracia. Conforme já assinalado, Rocha e Solano (2021) apontaram os rudimentos do que denominaram de “bolsonarismo” ainda durante a vigência do governo do *PT*.

Adorno (2020) há muito nos alertou que a própria democracia favorece a insurgência do seu mais contrário regime – o autoritarismo –, embora que, pensando em termos do fascismo, o qual denominou de nova e extrema direita atual. Segundo Adorno (2020), o fascismo nunca deixou de existir no período pós-guerra.

Tormey (2019), cuja análise do populismo recente no mundo nos ajuda a compreender melhor a experiência brasileira, afirma ter sido uma maior aproximação entre as pautas políticas de direita e esquerda, nas últimas décadas, sob uma agenda liberal, esvaziando valores, crenças e ideologias partidárias, que distanciou os eleitores do voto e da democracia. Por causa desse distanciamento, os partidos políticos passaram a carecer de maior sentido junto à sua base de adeptos, simpatizantes e eleitores, no que pese os interesses de classe, redundando no desinteresse pelo voto e pelos valores da democracia, os quais começaram a definhir, favorecendo o surgimento de neopopulismos em diversas partes do mundo.

Pensando com Tormey (2019), vimos, no caso brasileiro, que a “classe política” tornou-se “elite”, enclausurada em suas próprias burocracias, quando muito conformada às corporações que lhe dão apoio, distanciando-se dos interesses populares. Assim, diante dos momentos de crise, a solução passa a vir de fora da própria classe política, que assume o lugar das elites contra as quais o populismo se insurge.

O populismo emerge, assim, em meio a uma quebra do sistema de confiança. Para Tormey (2019), a agenda liberal que prevaleceu, embora também de relativa aceitação, na maioria das democracias avançadas, está na base da crise que causou a insurreição populista. Foi o mercado, quando presente nos governos, que transformou a política e os partidos em uma tecnocracia, esvaziando as disputas ideológicas como o cerne da democracia. Com a redução da esfera política à econômica, as crises nessa esfera acabaram pavimentando o caminho para *outsiders* e governos incidentais (ABRANCHES, 2020), os quais se habilitariam perante a população para “salvá-la” da suposta catástrofe, visto que a democracia liberal ou burguesa já não mais se credenciava.

Muito embora Bolsonaro não seja um típico *outsider*, muito ao contrário, originário do que ele mesmo condenou, quando em campanha às eleições de 2018, como a “velha política”, fato é que conseguiu se vender como tal, e, supostamente, só por fora do sistema político, e não se identificando como “elite”, poderia angariar apoio popular, como de fato conseguiu. Não há discurso em que Bolsonaro não se apresente como amigo do povo, precisando de sua ajuda e apoio para enfrentar o “inimigo” comum – as “elites” –, enquadrando seus adversários como tais – a “classe política” –, incluindo parlamentares e governadores de oposição; os membros do Poder Judiciário, a grande imprensa, os movimentos sociais e organizações do campo progressista e todos que se lhe opunham.

A fim de imprimir ao seu governo um caráter messiânico, Bolsonaro recorre ao conservadorismo reacionário e moralista, representado por denominações evangélicas e grupos católicos neoconservadores, evitando-se falar nas religiões de matriz africana, a fim de não sacrificar o apoio dos primeiros. Igualmente, recorre aos militares, apesar de que, com eles, a situação seja de permanente contestação, em função de seus limites constitucionais, daí se estar forçando uma interpretação do texto da Constituição Federal para corroborar a instrumentalização que Bolsonaro quer fazer das Forças Armadas, atrelando-as a seus interesses pessoais, destacando-se o de se perpetuar no poder.

Às vésperas de novas eleições, as quais ocorrerão em 2022, Bolsonaro carece do que prestar conta à sociedade brasileira como feitos positivos de seu governo. Isso se dá não simplesmente por mera incompetência governamental, mas pelo fato da omissão, evidenciada em todas as áreas de atuação. Essa omissão, muitas vezes intencional, parece ser o objetivo do governo, a fim de minar as instituições da democracia moderna, na tentativa de desacreditá-las junto à opinião pública. Com sua conduta omissiva e beligerante, a capacidade do governo Bolsonaro, como bem definiu Avritzer (2021), está mesmo em destruir políticas e políticos, a julgar por todos os seus atos e omissões diante de questões de educação, saúde, meio ambiente, mulheres, indígenas, negros, LGBTQIA+, direitos humanos, dentre outras.

Considerações Finais

Nestas considerações finais, retornamos ao nosso ponto de partida: quais os impactos da ascensão da extrema direita, a partir do bolsonarismo e da eleição de Bolsonaro, no estado democrático de direito no Brasil? Tendo esta questão como fio condutor de nossa pesquisa, o confronto entre a base teórica mobilizada e a observação sistemática de fatos da realidade política brasileira possibilitou uma atualização da tradicional díade de compreensão dos processos políticos e sociais – “direita-esquerda” –, a partir de onde constatamos, por meio da análise dos dados empíricos auferidos, a variação do pêndulo para o lado mais extremo de um dos polos da referida díade – polo da direita, o que nos habilitou a concluir pela existência de uma extrema direita que ascendeu ao poder no Brasil, causando impactos devastadores ao estado democrático de direito, mote deste artigo.

Por todos os lados que direcionamos nossa observação, sobram evidências de estarmos vivendo, sobretudo durante o governo Bolsonaro, um inédito momento político, ao menos desde a redemocratização do país, em meados da década de 1980, ainda que muitas das práticas e discursos que estão diante de nós sejam já, há muito, conhecidos, tais como: o discurso anticorrupção e de defesa da moralidade cristã e da família tradicional e heteronormativa; a eleição do comunismo como inimigo maior do país, associado às esquerdas; o estímulo ao patriotismo verde e amarelo,

dentre outros, dando-nos até a impressão de estarmos vivendo uma reprise de momentos passados.

Atacar publicamente as instituições do estado democrático de direito, ameaçando sua própria existência, por meio de atos concretos e expressões de ódio, ainda que sob o suposto e mal interpretado direito de liberdade de expressão, tem se tornado comum e até motivo de suposto “orgulho patriótico”, e se reproduzido cinicamente em nome da liberdade e da Constituição Federal, a qual tem sofrido profundos reducionismos nesses discursos.

Neste momento, paira no ar um sentimento de dúvidas e de relativa insegurança acerca do futuro próximo da democracia brasileira, e não sem motivos, quando temos diante de nós um quadro como o apresentado neste artigo. Ataques à democracia como os que apregoam pública e despidoradamente o fechamento de órgãos, cujas funções são verdadeiras cláusulas pétreas na Constituição Federal, como o Congresso Nacional, o STF. Os ataques avançam com as reivindicações, ainda que por um grupo minoritário fiel ao presidente, em prol do retorno do AI 5, da ditadura militar, sem falar da conclamação à população para que se engaje em movimentos antidemocráticos, desobedeça às leis, rompa com a ordem democrática e adquira armas como que para uma guerra civil contra um inimigo criado para fins de manipulação das massas. Além disso, os ataques à lisura das urnas eletrônicas só revelam que, no mínimo, tem-se um ensaio de ruptura institucional, impondo à democracia rever sua legitimidade e estratégias de sobrevivência no Brasil atual.

Para que as coisas chegassem ao estágio que descrevemos analiticamente neste texto, emergiu um modelo de gestão do poder que se coadunou com as características de um populismo autoritário, que mais facilmente capitalizou a seu favor a suscetibilidade popular tão desgastada em seu brio patriótico, como se encontrava significativa parte da população brasileira. Daí o perfil de uma extrema direita que levou a cabo sua radicalidade contra a ordem democrática e os direitos, apelando para um discurso de moralidade, de defesa da “família”, da “religião” e do “sentimento patriótico”, de forma que a ela se opuseram até importantes segmentos da própria direita.

A suscetibilidade de parte considerável da população é um terreno fértil para o surgimento de governos populistas autoritários, aos quais ela se submete, disposta a abandonar bandeiras que tradicional e supostamente mais lhe interessariam, concernentes a uma agenda social – melhoria concreta de suas condições de vida, o reconhecimento de diferenças humanas, de identidades sociais, de direitos etc. E tudo isso em prol de uma falsa “paternidade”, que, contraditoriamente, não reconhece filhos, posto que não reconhece povo, sem que seja por meio de uma noção vaga, abstrata, desprovida de diversidade e categorização efetivamente política, o que facilita a dominação. Eis, portanto, a combinação do populismo com o autoritarismo, a qual é incompatível com a ordem democrática, tendo a necessidade de romper com a democracia para que se instaure em seu lugar.

Assim, pelo menos para nós, que analisamos a ascensão da extrema direita populista e autoritária, sob o governo Bolsonaro, fica evidente o caráter de “ineditismo” com o qual a “nova” direita política brasileira, notadamente a identificada

com o bolsonarismo, levou a cabo seu projeto conservador-reacionário-moralista e econômico liberal. E assim o faz por meio de tentativas concretas de ruptura do estado social democrático e constitucional de direito, o que evidencia a radicalidade dessa “nova” direita, autorizando-nos a pensar tratar-se de uma extrema direita em vigor, hoje, no Brasil.

Por fim, não olvidamos que a ascensão da extrema direita populista e autoritária, que levou Bolsonaro à Presidência da República, não ocorre sem resistência, o que não nos permite perder de vista a dinâmica dialética do confronto e da mudança de rumos, oxalá em sentido muito contrário daquele para o qual o Brasil tem se dirigido: na continuidade, preservação e aprimoramento do estado democrático de direito, para que seja retomada, nas interações entre Estado e sociedade, a construção de um país mais justo, fraterno e sem preconceitos.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. *O tempo dos governantes incidentais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ADORNO, Theodor W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

AVRITZER, Leonardo. Bolsonarismo: movimento ou forma de governo? In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 7-15. E-book.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Edipro, 2017.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismo e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, 2018. p. 7-66.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O cadete e o capitão*. São Paulo: Todavia, 2019.

CEPÊDA, Vera A. A Nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 33-49. E-book.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: PINHEIRO-MACHADO,

- Rosana; FREIXO, Adriano de. *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 09-24.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. *Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas*. Chapecó: Argos, 2013.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MADEIRO, Carlos. Mais miséria, mais fome: 2 milhões de famílias caíram na extrema pobreza durante o governo Bolsonaro. *Universo Online (UOL)*. 26 set. 2021. <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/mais-miseria-mais-fome/>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- MILITÃO, Eduardo. Dezesseis entidades religiosas concentram 80% das dívidas das igrejas. *Universo Online (UOL)*. 28 set. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/28/lista-dividas-impostos-igrejas-concentracao-80-pfgn-receita-bolsonaro.htm>> Acesso em: 28 set. 2021.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NOBRE, Marcos. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- PRONER, Carol *et al.* (Orgs.) *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-31. E-book.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.
- SILVA, Ivan Henrique de Mattos. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. *Sociedade e Cultura*, v. 24, p. 1-37, 2021.

TAVARES, Joelmir. Busca de 3ª via une nos bastidores ex-miss e raposas políticas que querem opção a Bolsonaro e Lula. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/busca-de-3a-via-une-nos-bastidores-ex-miss-e-raposas-politicas-que-querem-opcao-a-bolsonaro-e-lula.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

TORMEY, Simon. *Populismo: uma introdução concisa*. Tradução de Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2019. E-book.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a ascensão de uma extrema direita política no Brasil, a partir do bolsonarismo e da eleição de Bolsonaro, em 2018, destacando as suas evidências empíricas e os impactos sobre o estado democrático de direito. Diante disso, o trabalho foi orientado pela seguinte pergunta-síntese: quais os impactos da ascensão da extrema direita, a partir do bolsonarismo e da eleição de Bolsonaro, no estado democrático de direito no Brasil? Na busca de respostas, debruçamo-nos, teórica e conceitualmente, sobre a categoria “extrema direita”, recorrendo a autores/as que tão direta e oportunamente trataram do tema, motivo pelo qual integram a base teórica da reflexão sobre a atual realidade política brasileira. Com uma abordagem dialética, reunimos um conjunto de evidências, baseadas em acontecimentos recentes no cenário político brasileiro, fruto do confronto entre nossas observações e as diferentes análises que se dedicaram aos estudos das chamadas novas direitas no Brasil contemporâneo. O trabalho consiste em uma pesquisa descritiva e compreensiva, partindo de uma observação sistemática e análise dos fatos mais recentes da experiência política brasileira a partir de dados extraídos de jornais, revistas, websites, canais da internet, documentação de órgãos e entidades públicas e judiciais, matérias veiculadas em telejornais. A pesquisa revelou que a ascensão da extrema direita, marcada pelo populismo autoritário, sob o governo Bolsonaro, com suas devidas especificidades, impactou negativamente as principais instituições do estado democrático de direito no país, a cargo das classes sociais dominantes, com ameaças à ordem jurídica, ataques aos direitos humanos e à cidadania, com efeitos deletérios da agenda de inclusão social.

Palavras-chave: Extrema direita. Bolsonarismo. Democracia. Populismo. Crise política.

Abstract

This article aims to analyze the rise of a extreme right policy in Brazil, from bolsonarism and the election of Bolsonaro in 2018, highlighting its empirical evidence and the impacts on the democratic rule of law. In view of this, the work was guided by the following synthesis question: what are the impacts of the rise of the extreme right, from bolsonarism and the election of Bolsonaro, on the democratic state of law in Brazil? In search of answers, we focused theoretically and conceptually about the “extreme right” category, based on the authors who directly and opportunely dealt with the subject, which is why they are part of the theoretical basis of reflection on the current Brazilian political reality. From a dialectical approach, we bring together evidences from the current political scenario, as a result of the confrontation between our observations and the different analyses by authors that dedicate their studies on a new right policy in Brazil contemporary. The work consists of a descriptive research and political comprehension, starting from a systematic observation and analysis of most recent data from newspapers, magazines, websites, internet channels, broadcast on television news. The research revealed that the rise of the extreme right, marked by authoritarian populism, under the Bolsonaro government, with its due specificities, negatively impacted the main institutions of the democratic rule of law in the country, in charge of the dominant social classes, with threats to the legal order, attacks on human rights and citizenship, with deleterious effects on the social inclusion agenda.

Keywords: Extreme right. Bolsonarism. Democracy. Populism. Political crisis.

Recebido para publicação em 30/09/2021

Aceito em 07/03/2022

 **ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

